

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM AGENTE CULTURAL**

**IVAIPORÃ
2023**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Ribeiro da Silva

Diretora de Ensino

Patrícia Daniela Maciel

Diretor Geral do Campus

Ricardo Rodrigues de Souza

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus

Adriano José Ortiz

Coordenadora de Curso

Andrea Martini Ribeiro Gonçalves

Comissão de Acompanhamento de Curso

Andrea Martini Ribeiro Gonçalves

Gisele Fernanda Mouro

Ingrid Trioni Nunes Machado

Marcibela Stülp

Nathália Cristina Ortiz da Silva

Sonia Maria da Costa Mendes

Responsável pela leitura e aprovação do PPC no campus

Luciana Maciel de Souza

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO	4
1.1 Identificação: OFÍCIO-CIRCULAR Nº 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 17 de abril de 2023	4
1.2 Processo	4
1.3 Informações do campus	4
1.4 Nome do Curso	4
1.5 Eixo Tecnológico	4
1.6 Turno do curso	4
1.7 Horário de oferta do curso	4
1.8 Tempo de Duração do Curso	5
1.9 Carga-Horária Total do Curso	5
1.10 Vagas totais	5
1.11 Público Alvo	5
1.12 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso	5
1.13 Forma de acesso ao curso	5
1.14 Endereço de realização do curso	5
1.15 Instituição conveniada	5
2 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO	6
3 JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO	6
4 OBJETIVOS	10
4.1 OBJETIVO GERAL	10
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5 METODOLOGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO	11
6 PERFIL DA EGRESSA	12
7 EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DECLARAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	13
8 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA	13
9 PESSOAS ENVOLVIDAS NO CURSO	14
9.1 CORPO DOCENTE	14
9.2 APOIO TÉCNICO/PEDAGÓGICO	15
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
10.1 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	17
10.2 MATRIZ CURRICULAR	18
10.3 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	19
11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	23
12 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	25
12.1 ACESSIBILIDADE	26
12.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	27
13 AVALIAÇÃO DO CURSO	30
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS	33
ANEXO 1: FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS	33
ANEXO 2: FORMULÁRIO PERFIL SITUACIONAL	35

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1 Identificação

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 17 de abril de 2023

1.2 Processo

23411.013869/2023-82

1.3 Informações do campus

Campus Ivaiporã

Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial, Ivaiporã - PR, 86870-000

(43) 3126-9401

<https://ifpr.edu.br/ivaipora/>

1.4 Nome do Curso

Agente Cultural

1.5 Eixo Tecnológico

Produção Cultural e Design

1.6 Turno do curso

Vespertino

1.7 Horário de oferta do curso

Terça-feira - 13h30 às 17h30*

Quinta-feira - 13h30 às 17h30*

* No horário estipulado para o curso estão previstos entre 15 e 20 minutos de intervalos pedagógicos, os quais serão considerados momentos de integração e confraternização, visando auxiliar a formação de vínculo.

1.8 Tempo de Duração do Curso

Início do curso: Fevereiro/2024

Término do curso: Julho/2024

1.9 Carga-Horária Total do Curso

160 horas

1.10 Vagas totais

20 vagas

1.11 Público Alvo

Mulheres em situação de vulnerabilidade social

1.12 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso

Ensino Fundamental II Incompleto

1.13 Forma de acesso ao curso

Indicação pelo CRAS, e preenchimento de questionário de perfil socioeconômico.

1.14 Endereço de realização do curso

Campus Ivaiporã

Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial, Ivaiporã - PR, 86870-000

1.15 Instituição conveniada

- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) - Ivaiporã (Termo de convênio em fase de elaboração).
- Fatec (Termo de convênio em fase de elaboração)

2 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO

A presente proposta visa atender mulheres indicadas pelos CRAS da cidade de Ivaiporã, através da Secretaria de Assistência Social, que tenham 16 anos ou mais de idade, apresentem pouca escolaridade, se encontrem em vulnerabilidade e risco social, ou que sejam vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e/ou ainda, moradoras de locais com infraestrutura deficitária.

A cidade de Ivaiporã apresenta por volta de 32.000 habitantes, que ganham em média até 2 salários mínimos e com IDH de 0,73, sendo que o IDH referente à educação gira em torno de 0,66 (IBGE, 2020). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), apenas 22,5% da população da cidade encontra-se registrada em empregos formais, e dentre esses 33,6% com rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo per capita. Enquanto no estado do Paraná a população considerada vulnerável à pobreza está em torno de 19,7%, no município de Ivaiporã esse número sobe para 25,3%. Soma-se a isso o fato de mais de um terço da população acima de 25 anos não possuir o ensino fundamental completo (IBGE, 2012).

A indicação das alunas atendidas pela presente proposta de formação profissional será de responsabilidade do CRAS - Centros de Referência de Assistência Social do município de Ivaiporã. Deverão ser indicadas mulheres maiores de 16 anos, em situação de vulnerabilidade social e econômica que apresentem pouca escolaridade. A seleção das mulheres se dará por ações de busca ativa, o que contará com a articulação entre o Campus e os CRASs, sensibilizando as candidatas por meio do preenchimento da ficha de interesse e aplicação de questionário socioeconômico, que subsidiará o processo de seleção das alunas.

3 JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO

Após consulta à Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), definiu-se que os temas: artesanato, transformação de alimentos e produção de hortaliças eram os mais adequados para a oferta do curso. A importância

desses temas para o município se dá pelo apoio municipal nas ações que envolvem tais temáticas, pois são promovidos pontos de produção e comercialização para produtores locais nas feiras e eventos da cidade. Os produtos manufaturados se constituem em possibilidade de fonte de renda às mulheres, resgate à cultura local, além do fator de valorização e inclusão social.

As consequências da desigualdade de gêneros no mercado de trabalho são a menor possibilidade de consumo de bens e serviços e persiste a relação entre mulher e pobreza. O acesso à educação pode auxiliar na minimização das taxas de violência contra a mulher, seja no aperfeiçoamento de aptidões, qualificação para o mercado de trabalho, aumento da produtividade, democratização da estrutura ocupacional, geração de emprego, autonomia e aumento da autoestima. Logo, a educação pode fornecer oportunidades sociais, respeito da dignidade humana e melhoria da qualidade de vida (CARMO, 2021; CAMPOS *et al.*, 2015). Conforme discutido PIOSIADLO (2014), a produção e a reprodução social das desigualdades sociais entre os gêneros, acarreta a subalternidade feminina, colaborando para que a mulher esteja mais vulnerável à violência doméstica.

Existem diversos tipos de violência contra as mulheres, que vão além da violência física, e incluem também a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. Diante da gravidade dessas situações, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), tornou mais rigorosas as punições para agressões contra mulheres, e também criou mecanismos de prevenção e combate à violência de gênero. Além disso, apesar de não haver dados públicos de registros de situações de violência contra a mulher, há uma série de relatos que escancaram a cultura local de violência contra a mulher. Porém, um gargalo para o cumprimento da referida lei é a resistência cultural e institucional que ainda persiste em relação a esse tipo de crime. Muitas vezes, a sociedade ainda minimiza ou relativiza a gravidade dos casos de violência, ou coloca a culpa nas próprias vítimas, culpabilizando-as pelos abusos sofridos. Neste sentido, ações que visem informar as mulheres sobre ocasiões que configurem abuso e violência podem torná-las mais conscientes sobre suas vivências e seguras para interromper tais situações.

O programa "Mulheres Mil" (PMM) é uma iniciativa educacional lançada pelo governo federal voltada para a capacitação e empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Ele busca promover a inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho,

bem como o seu desenvolvimento pessoal e profissional. O programa tem como objetivo principal oferecer cursos e capacitações para mulheres de baixa renda, desempregadas ou subempregadas, com foco em áreas como artesanato, gastronomia, serviços domésticos, empreendedorismo, entre outros. O objetivo é proporcionar habilidades práticas que possam melhorar as perspectivas de emprego e renda das participantes visando minimizar a exclusão social feminina, através da promoção da melhoria do nível de escolaridade e o acesso ao mercado de trabalho.

O PMM foi implantado inicialmente em 2007, auxiliando mulheres em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza a partir dos 16 anos. O PMM foi nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), no contexto do Plano Brasil Sem Miséria com destaque ao objetivo de alcançar as bases de uma política social de inclusão e gênero, tendo como diretrizes o acesso à educação, redução da desigualdade social e econômica da mulher, promoção da inclusão social, defesa da igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher, sendo fundamentada na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito. Essa metodologia tem o enfoque em temas como: direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros; buscando-se, assim, promover a inclusão social, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania (BRASIL, 2011).

Por meio da presente proposta, pretende-se realizar um trabalho em busca da emancipação e efetivação da cidadania das mulheres ivaiporãenses em situação vulnerável. A proposta é realizar a identificação de saberes junto a essas mulheres, e por meio de oficinas, prepará-las para compartilhá-los na comunidade. Dando sequência a esse processo formativo e emancipador, diferentes oficinas serão realizadas para o aprendizado de novos saberes que façam parte do contexto e dos sonhos que elas nutrem.

Portanto, o curso de qualificação profissional ofertado será de AGENTE CULTURAL, sendo de Modalidade presencial, elaborado com a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito. Serão ofertadas 20 vagas, no período de abril a outubro de 2024 e a carga horária de cada curso será de 160 horas, conforme a matriz curricular do curso. A educação profissionalizante tem potencial para desempenhar um papel crucial na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social. Primeiramente, ao oferecer cursos de capacitação

profissional, a educação profissionalizante possibilita que as mulheres adquiram habilidades técnicas e competências específicas para atuar em determinadas áreas de trabalho, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho e de obterem empregos com melhores remunerações. Além disso, a educação profissionalizante pode ajudar a combater a desigualdade de gênero ao proporcionar às mulheres o acesso a áreas que historicamente foram de exclusividade masculina, ampliando as oportunidades e rompendo estereótipos de gênero.

O programa viabiliza a capacitação que prepara e estimula as mulheres para se envolverem profissionalmente no setor cultural da região, além de contribuir para a formação de indivíduos atuantes nos âmbitos político, social e cultural da comunidade. Adicionalmente, fomenta a interação com a localidade em que está inserido, através da partilha de conhecimentos e impulsiona a formulação de estratégias para o progresso da área, ao incentivar um aumento na circulação financeira. É relevante mencionar que é notável o aumento na liderança feminina nos lares em situação vulnerável, evidenciando um fenômeno de feminização da pobreza. Nesse contexto, as mulheres desempenham suas atividades em condições precárias, informais e subalternas. Dessa forma, o PMM aborda a necessidade premente de integrar as mulheres no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante é o fato de a educação profissionalizante oferecer, muitas vezes, cursos mais curtos e com foco específico, o que permite aos alunos a possibilidade de obter um certificado ou diploma em menos tempo do que uma formação tradicional. Para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, que muitas vezes precisam lidar com a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa, por exemplo, isso pode ser um aspecto determinante. Finalmente, a educação profissionalizante pode oferecer um impacto positivo na autoestima, permitindo que as mulheres se sintam mais confiantes e valorizadas em seus próprios trabalhos, o que pode mobilizá-las a retomar seus estudos para a conclusão da educação básica. Em suma, a educação profissionalizante pode desempenhar um papel transformador na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, proporcionando não apenas o acesso ao mercado de trabalho, mas também contribuindo para a equidade de gênero e para um melhor planejamento pessoal, familiar e comunitário.

Fomentar ações que promovam a educação social para a comunidade interna e externa é, também, uma forma de colaborar na concretização do propósito do ensino estabelecido no Regimento Geral do IFPR. Segundo esse documento,

A educação escolar no IFPR está fundamentada na formação omnilateral do ser humano, visando seu pleno desenvolvimento histórico nas dimensões intelectual, cultural, política, educacional, psicossocial, afetiva, estética, ética e ambiental, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Resolução n. 56, de 03 de dezembro de 2012).

Portanto, além das capacitações técnicas, o PMM também busca trabalhar questões relacionadas à autoestima, cidadania, direitos das mulheres e igualdade de gênero. Dessa forma, ele não apenas oferece treinamento profissional, mas também aborda questões sociais e culturais que afetam as participantes. Por fim, a elevação da escolaridade pode ser um caminho importante para ampliar as perspectivas das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo significativamente na luta pelo fim do ciclo intergeracional da pobreza e da exclusão social. Espera-se que estas mulheres tenham a oportunidade de geração de renda, a inserção e permanência no mundo do trabalho e que ao final deste curso tenham sido construídos mecanismos de inclusão social, equidade e desenvolvimento sustentável.

4 OBJETIVOS

4.1- Objetivo Geral

Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade, possibilitando o acesso à educação profissional e tecnológica, e estabelecendo redes de intercâmbio de experiências a fim de garantir a permanência com êxito das participantes.

4.2- Objetivos Específicos

- Resgatar a identidade, por meio da autoconsciência.

- Viabilizar o empoderamento feminino, oferecendo instrumentos para que as mulheres construam seu próprio itinerário de vida e se emancipem enquanto cidadãs.
- Defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher.
- Promover o acesso ao exercício da cidadania.
- Conhecer noções básicas sobre Direitos Humanos, Sociais e Culturais.
- Desenvolver estratégias para garantir o acesso das mulheres à inclusão produtiva, através de práticas e oficinas de AGRICULTURA ORGÂNICA, TRANSFORMAÇÃO DE ALIMENTOS e ARTESANATO.
- Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas utilizando os princípios da economia criativa (cooperativismo, associativismo e economia popular e solidária).

5 METODOLOGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

As atividades de acesso, permanência e êxito realizadas durante o projeto seguirão as etapas descritas no Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (BRASIL, 2014). Segue o detalhamento das etapas de implantação das ações a serem desenvolvidas, segundo Ofício-circular n. 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 17 de abril de 2023:

ACESSO - A parceria com os CRAS, por meio da Secretaria de Assistência Social, garantirá o acesso, a mobilização e a indicação das mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica. A interação dialógica com a Secretaria de Assistência Social municipal iniciou ainda no momento da concepção do curso e será formalizada através de termo de parceria. Tal parceria garantirá que o programa chegue mesmo às mulheres que realmente precisam desta ação.

PERMANÊNCIA – Pretende-se desenvolver a construção de uma comunidade escolar segura, solidária, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização dessas mulheres. Nessa perspectiva, será importante a articulação, a integração e a utilização das estruturas e serviços de suporte e apoio, de modo a formar uma rede colaborativa, constituída de serviços ofertados pela instituição e por parcerias locais, visando a responder adequadamente à diversidade desse grupo de educandas e de suas demandas sociais, educacionais e profissionais. Também será considerada a realidade das educandas, há de se perceber que elas já possuem experiências e saberes adquiridos ao

longo da vida, os quais serão reconhecidos e aperfeiçoados na formação em que estão inseridas através do mapa da vida e da criação de um portfólio individual para cada educanda. Concomitante ao curso pretende-se incentivar o retorno ao ensino na modalidade EJA.

ÊXITO – Será possibilitado o acesso das mulheres à educação, encaminhando e orientando as que não tiveram a oportunidade de estudar ou de finalizar seus estudos, para os programas de elevação de escolaridade, fomentando a difusão dos saberes culturais locais. Também serão articulados mecanismos para inclusão das egressas no mundo do trabalho, aumentando assim a autonomia das mulheres participantes.

Por meio da presente proposta, pretende-se realizar o trabalho pela emancipação e efetivação de cidadania das mulheres em situação vulnerável. A proposta é realizar a identificação de saberes junto a essas mulheres, e por meio de oficinas, prepará-las para compartilhá-los na comunidade. Dando sequência a esse processo formativo e emancipador, outras oficinas serão realizadas para o aprendizado de novos saberes que façam parte do contexto e dos sonhos que elas nutrem.

Além da temática relacionada à parte profissionalizante do curso serão trabalhados de forma direta ou transversal Ética e Cidadania, Gênero, Direitos e deveres, Relações Humanas, Meio Ambiente, Noções de Biossegurança, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde da Mulher e Qualidade de Vida, Linguagens e suas tecnologias, Economia Doméstica, Agricultura Urbana, Tecnologia e Transformação de Alimentos, Artesanato, Economia Popular e Solidária.

6 PERFIL DA EGRESSA

Ao concluir o curso, a egressa deverá ter condições de:

- Apropriar-se das noções básicas de direitos humanos, sociais e culturais.
- Situar-se enquanto mulher, trabalhadora com conhecimentos e noções de seus direitos e possibilidades.
- Reconhecer o conceito de economia criativa (cooperativismo, associativismo e economia solidária).
- Fomentar a difusão dos saberes culturais locais.
- Auxiliar na organização de eventos culturais e na promoção de espaços de divulgação

e valorização de diversidades culturais.

- Incentivar a geração de renda por meio da produção e comercialização de produtos artesanais e alimentícios produzidos na comunidade.
- Ser capaz de produzir alimentos em pequenos espaços.
- Ter noções básicas de higiene e processamento de alimentos.

7 EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DECLARAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A expedição do certificado de conclusão do curso ocorrerá mediante a aprovação em todos os componentes curriculares, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada um.

A descrição do certificado a ser expedido para o curso AGENTE CULTURAL será de: **“Certificado de Qualificação Profissional em AGENTE CULTURAL, do Eixo de Produção Cultural e Desing”**.

As estudantes que concluírem um ou mais componentes curriculares, mas, que não conseguirem alcançar a certificação do curso de forma integral terão direito a solicitar declaração referente às horas do(s) componente(s) curricular(es) finalizado(s).

8 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

O curso será realizado nas dependências do IFPR, *campus* Ivaiporã. Para sua consecução, a equipe do curso fará uso das estruturas e equipamentos para sua realização, tais como sala de aula, biblioteca, salas de atendimento aos alunos da Seção Pedagógica de Assuntos Estudantis, laboratórios de campo e estufas, laboratório de ciência dos alimentos, laboratório de agroecologia, laboratório de tecnologia de sementes e plantas daninhas, laboratório de informática e laboratório de criação, além de equipamentos como projetor multimídia, tela de projeção, quadro e canetas.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Ivaiporã, dispõe da seguinte estrutura física para a realização do curso:

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO	QUANTIDADE
BLOCO DE SALA DE AULA - BLOCO 2 - ÁREA TOTAL DE 557 M2 CONSTITUÍDO DE 5 SALAS DE AULAS, 1 SALA PERTENCENTE A SEÇÃO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO E 3 BANHEIROS	1
BLOCO ADMINISTRATIVO - ÁREA TOTAL DE 1682,74 M2 CONTENDO 1 SECRETARIA, 4 BANHEIROS, 3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA, 1 BIBLIOTECA, 3 SALA DE PROFESSORES, 1 SALA DE DIREÇÃO GERAL, 1 SALA DE GABINETE E GESTÃO DE PESSOAS, 1 SALA DA DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 1 ALMOXARIFADO E 1 SALA DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1
BIBLIOTECA DO CAMPUS IVAIPORÃ (SEÇÃO ENCARREGADA DE APOIAR AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO. COM UM ESPAÇO DE 641 (M ²), SEU ACERVO ATENDE À EDUCAÇÃO SUPERIOR, BÁSICA E PROFISSIONAL, EM SUAS DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO. O AMBIENTE CONTA COM 36 ESTANTES, 10 MESAS, 104 ACENTOS, 16 COMPUTADORES PARA PESQUISA, 10 BAIAS PARA ESTUDO INDIVIDUAL, 2 SALAS DE ESTUDOS, 1 SALA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO E 1 SALA DE ALMOXARIFADO).	1

9 PESSOAS ENVOLVIDAS NO CURSO

9.1 Corpo docente

Nome:	Formação	Regime de trabalho	Tipo de vínculo	Forma de contribuição
Andrea M. R. Gonçalves	Doutorado	DE	Docente EBTT	Coordenadora
Gisele Fernanda Mouro	Doutorado	DE	Docente EBTT	Vice coordenadora
Ingrid T. Nunes Machado	Mestrado	DE	Docente EBTT	Docente
Marcibela Stülp	Doutorado	DE	Docente EBTT	Docente
Nathália C. Ortiz da Silva	Doutorado	DE	Docente EBTT	Docente

Sonia M. da C. Mendes	Doutorado	DE	Docente EBTT	Pedagoga e Docente
-----------------------	-----------	----	--------------	--------------------

9.2 Apoio técnico/pedagógico

Setores envolvidos	Serviços prestados
SEPAE	Equipe multidisciplinar para atendimento às estudantes com necessidades específicas
Secretaria Acadêmica	Matrículas e consultas de registros acadêmicos
Biblioteca	Livros para consulta e empréstimo

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Do ponto de vista pedagógico, a proposta tem como objetivo promover uma formação que abranja várias áreas ou dimensões, preparando as pessoas não apenas para o mundo do trabalho, mas também para as interações sociais de forma ampla e holística. A ideia é oferecer uma educação que não se limite a apenas uma área específica, mas que considere diversos aspectos da vida e do desenvolvimento pessoal e profissional, aspirando uma formação para o exercício da cidadania, produção e transformação de alimentos e da emancipação social.

Neste contexto a estratégia pedagógica do curso será trabalhada em 4 temáticas interdisciplinares, sendo componente curricular que inclua as disciplinas básicas e 3 disciplinas específicas que abordem os conteúdos técnicos. A organização curricular do Curso de Formação Inicial e Continuada de Agente Cultural busca atender ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, disciplinado pela Lei no 12.513/2011, e regulamentado pela Portaria no 1.042, de 21 de dezembro de 2021, assim como as demais normativas legais referentes a este tipo de curso.

O curso será ministrado por meio do desenvolvimento de componentes curriculares (conforme ementas) que contemplam os conhecimentos necessários ao desenvolvimento das habilidades necessárias para desempenhar as atividades propostas, conforme constam nos objetivos anteriormente expostos, ao contemplar competências indispensáveis à

formação humana, teórica e prática dessa profissional. O curso tem carga horária total de 160 horas, com cada aula tendo a duração de 60 minutos.

Segundo Documento Base PROEJA-FIC (SETEC/MEC, 2007), a metodologia de ensino empregada no curso está baseada nos pressupostos e em princípios pedagógicos da educação popular e da pedagogia histórico-crítica, a saber: a) O diálogo entre professor e estudante; b) A história de vida do estudante; c) O espaço e tempo de formação; d) A produção de conhecimento; e) A abordagem articulada das informações; f) A qualificação para o trabalho em suas várias dimensões. Assim, espera-se superar a fragmentação do conhecimento e aprimorar as práticas educativas através das iniciativas de integração na organização curricular e da atenção especial a especificidades do público jovem e adulto. Acredita-se que através destas atitudes dos educadores e com a contrapartida das estudantes será possível evitar os altos índices de evasão escolar nos cursos vinculados ao PMM.

Esta proposta educacional considera ainda as demandas locais de formação das mulheres, público alvo do curso Agente Cultural. Levando em consideração, portanto, que a articulação entre saberes locais e científicos requer o reconhecimento de experiências populares e a introdução de novas tecnologias e técnicas do trabalho. Além de promover afirmação de sua identidade coletiva, fortalecimento de seus conhecimentos populares, maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; maior iniciativa, sociabilidade e liderança; maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo, consciência dos próprios direitos; e capacidade de tomar decisões coletivamente. Desta forma, os componentes curriculares deverão ser flexíveis para atender às demandas trazidas pelas estudantes em seu contexto social, cultural, histórico e emocional.

O Princípio da **Dialogicidade**, ancora-se no pensamento de Paulo Freire de que o diálogo é um ato de comunicação que gera ações de colaboração entre os sujeitos, para compreender as mulheres, suas realidades, suas necessidades, dificuldades e anseios. Como princípio estruturante, a dialogicidade, cria espaços para a escuta das estudantes, tornando-se essencial para o processo educativo, considerando-as como sujeitos de práticas sociais e de

saberes, das experiências de vida. O diálogo, possibilita ampliar a leitura do mundo das mulheres estudantes, das docentes, das demais servidoras envolvidas, dos colaboradores externos, como também do campus. A dialogicidade, promove o processo de inclusão.

Pautamos o processo de ensino e aprendizagem na **Metodologia da Problematização**, de acordo com Berbel (2009) é considerada a primeira etapa que se refere a observação da realidade social, concreta, pelos alunos, a partir de um tema ou unidade de estudo. As alunas serão orientadas pelos professores a olhar atentamente e registrar sistematicamente o que perceberem sobre a parcela da realidade em que aquele tema está sendo vivido ou acontecendo, podendo para isso serem dirigidos por questões gerais que ajudem a focalizar e não fugir do tema. A observação permitirá às alunas identificar dificuldades, carências, discrepâncias de várias ordens, que serão transformadas em problemas, ou seja, serão problematizadas. Poderá ser eleito um dos problemas identificados para que todo o grupo possa centrar esforços, reflexões e busca de possíveis caminhos. As discussões entre os componentes do grupo e com os professores ajudarão na redação do problema, como uma síntese desta etapa e passará a ser a referência para todas as outras etapas do estudo, onde as alunas serão levadas a refletir inicialmente sobre as possíveis causas da existência do problema em estudo.

Almejamos o **empoderamento feminino**, que segundo o dicionário de significados é o ato de conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos e igualdade entre os gêneros, por exemplo. O “empoderamento das mulheres” consiste no seu posicionamento em todos os campos, sociais, culturais, políticos e econômicos. É nesta perspectiva que o curso de Agente Cultural pretende atuar, ou seja, oportunizá-las a perceber lacunas, mas também oportunidades para melhorar a sua atuação na sociedade.

10.1 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O presente curso FIC propõe a adoção da metodologia da alternância, adaptada de MOURO et al. (2013). Nesta metodologia os estudos serão organizados em Tempo Escola e Tempo Comunidade, com diferentes estratégias metodológicas, que juntas, visam não somente o incremento do conhecimento conceitual das educandas, mas, também uma transformação

prática do meio onde vivem, as quais serão descritas na sequência.

Tempo escola: ocorrerá no período vespertino às terças e quintas-feiras correspondendo à 3 horas de atividades presenciais por dia, e está relacionado às atividades de ensino e pesquisa realizadas no período de permanência no IFPR, fracionado em tempo aula, tempo mística, tempo avaliação e planejamento, tempo oficina escola e tempo convivência. Destacam-se como práticas educativas deste momento, a realização de aulas teóricas expositivas-interativas, estudos dirigidos, leituras, visitas monitoradas, seminários, oficinas, rodas de conversas, trabalhos em grupo, demonstrações práticas, problematização e discussão de diagnósticos temáticos, trocas de experiências, realização de palestras com convidados de temas específicos, entre outros.

Tempo comunidade: Para cada 3 horas de tempo escola, está previsto 1 hora de tempo comunidade, o qual será desenvolvido na localidade de origem das educandas, é composto por atividades vinculadas ao curso, propostas durante o tempo escola. Este conjunto de atividades resulta na formação geral das estudantes. O acompanhamento pedagógico será constante e tem como objetivo integrar as estudantes trazendo-as para participar dos eventos acadêmicos e culturais do Campus, integrando-as nas atividades que já tem como natureza a relação entre a comunidade e a escola. As práticas desenvolvidas no tempo comunidade serão acompanhadas pelas docentes *in loco* e pelo caderno de campo que as estudantes vão elaborar como instrumento de acompanhamento e avaliação.

Aqui, especificamente, a intenção é a ressignificação dos conteúdos escolares, através da indissociabilidade entre teoria e prática, tanto por meio de atividades de interação social, como a participação em eventos institucionais. No calendário acadêmico do Campus Ivaiporã, há diversas oportunidades para realizar essa integração, tais como: o dia de recepção aos novos estudantes, a Campanha Nacional do Alimento Orgânico, a Semana do Meio Ambiente, a fase local da Olimpíada de Robótica, a Mostra de Cursos, as Mostras de Arte e Cultura, o dia nacional da luta pela educação inclusiva, inúmeras atividades de desenvolvimento social, cultural e esportivo, os Jogos Interclasse e a Festa Junina, o Dia do Estudante, o Ciclo de Estudos Interdisciplinares em Astronomia, a FECIPE e o IFTECH, entre tantos outros.

Portanto, por meio da exploração da diversidade da comunidade local, parcerias com

organizações locais, como bibliotecas, escolas, associações de bairro ou grupos culturais, pretende-se oferecer oportunidades para as alunas colocarem em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em um contexto autêntico, além de desenvolver o senso crítico e a autonomia. Espera-se que essas ações sejam gratificantes e motivadoras, uma vez que serão planejadas para construir conexões mais profundas e significativas entre as mulheres atendidas pelo PMM com os demais alunos do Campus Ivaiporã.

As aulas acontecerão prioritariamente no IFPR, campus Ivaiporã, podendo ocupar os espaços já mencionados no item 8. Algumas atividades podem ser desenvolvidas fora do espaço formal da escola, à critério do componente curricular proponente. São exemplos de espaços pedagógicos alternativos, mercados, feiras livres, parques ambientais, espaços com potencial de implementação de hortas comunitárias e a própria comunidade de origem das estudantes.

Considerando as características dos conteúdos curriculares propostos neste Projeto Pedagógico de Curso e o público beneficiário do Programa Mulheres Mil, as docentes da equipe se dividirão nos períodos de tempo escola e no acompanhamento do tempo comunidade, realizando as atividades do curso sempre em duas ou três profissionais, uma dando suporte às ações da outra. Tal organização justifica-se pelo número de estudantes por turma e pela maior parte do currículo do curso ser composta por práticas e oficinas, assim, ter duas ou três docentes em sala de aula e laboratórios ao mesmo tempo viabiliza o atendimento mais próximo das estudantes, garantindo o aprendizado efetivo. Como o aprendizado é um fator que está diretamente relacionado ao vínculo das estudantes ao programa, espera-se com essa organização também maior permanência e êxito.

10.2 MATRIZ CURRICULAR DO MÓDULO CENTRAL - IFPR

O quadro a seguir contempla as orientações do programa e os componentes curriculares a serem implementados, dentre eles os obrigatórios e os específicos de cada formação profissional de acordo com o curso escolhido.

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA- HORÁRIA (horas)
Identificação das comunidades e do Perfil Situacional das Mulheres	20*
Oficina de construção e Aplicação do Mapa da Vida	4*
Núcleo Básico	
Formação Básica para a Cidadania	60
Sub-total Núcleo Básico	60
Núcleo Profissionalizante	
Agricultura Urbana	20
Transformação de Alimentos	40
Artesanato	40
Sub-total Núcleo Profissionalizante	100
Total	160

* Carga Horária não somada a Carga Horária Total

10.3 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Componente Curricular: Formação básica para a Cidadania	
Carga Horária 60h	Período letivo: 2024
<p>Ementa: Cidadania, Gênero e Direitos da Mulher, Ética e Relações Humanas. Noções de Biossegurança, Saúde da Mulher, Qualidade de Vida, Segurança Alimentar e Nutricional. Oratória, Expressão Corporal e Verbal. Leitura e Produção de Texto aplicados ao curso. Matemática Aplicada e Noções de Educação Financeira. Inclusão Digital voltada para o Exercício da Cidadania. Noções de Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária. Direitos e Deveres da Trabalhadora.</p>	

Bibliografia Básica:

DAL BOSCO, S. M. **Nutrição da Mulher**: uma abordagem nutricional da saúde à doença. São Paulo: Editora Metha, 2010.

GIACOMINI FILHO, G. **Meio ambiente e consumismo**. Série Meio Ambiente (8), São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. 254p.

GONÇALVES, P. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003. 182p.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

PÁTARO, C. S. O.; ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V. A. **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEESP. 2004. Acesso em: 06 jul. 2023.

SILVA, L. F. Saúde das Mulheres: o gênero, determinante cultural de saúde. **Revista de Epidemiologia, Suplementos de Arquivos de Medicina**. 3(1-2), 31-34, 1999.

SOUZA, M. C. **Os direitos humanos das mulheres sob o olhar das Nações Unidas e o Estado Brasileiro**. INVESTIDURA PORTAL JURÍDICO, Florianópolis/SC, abr. 2009. Disponível em: <investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-internacional/3274>. Acesso em: 03 jun. 2020.

Bibliografia Complementar:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. **Resolução – RDC Nº 216**, de 15 de Setembro de 2004. Estabelece procedimentos de boas práticas para serviço de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 setembro de 2004.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010, 305p.

SOARES. M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: **Cadernos CEDES, Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez 2002.

Componente Curricular: Horticultura urbana

Carga Horária 20h

Período letivo: 2024

Ementa:

Importância social, econômica e alimentar da olericultura em pequenos espaços. Tecnologia de produção de hortaliças agroecológicas. Controle natural de pragas e doenças. Compostagem. Colheita, pós-colheita e aproveitamento integral de hortaliças.

Bibliografia Básica:

FILGUEIRA, F.A.R. **Novo manual de olericultura**. 3 ed. Viçosa: UFV, 2008. 421p.

SOUZA, J.L. RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. 2 ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2006. 843p.

FRANCISCO NETO, JOÃO. **Manual de horticultura ecológica: guia de auto-suficiência em pequenos espaços**. São Paulo: Nobel, 2002.

Bibliografia Complementar:

FONTES, P.C.R. (Ed.). **Olericultura: teoria e prática**. Viçosa: UFV, 2005. 486p.

NAKAMURA, A. C.; RANIERI, G.R. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar**. São Paulo, Editora Fiocruz, 2021. 138p.

MICHELLON, Ednaldo. **Hortas Comunitárias de Maringá: Um modelo de Agricultura Urbana**. Maringá: Clichetec, 2016.

Componente Curricular: Transformação de Alimentos	
Carga Horária: 40 h	Período letivo: 2024
Ementa: Aproveitamento integral de alimentos. Transformação de alimentos de produtos de origem vegetal e animal.	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CRUZ, A. et al. Processamento de Leites de Consumo. São Paulo: Elsevier, 2016. PARDI, M.C. et al. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Goiânia: UFG, 2001. v.2.</p> <p>CRUZ, A. et al. Processamento de Produtos Lácteos: queijos, leites fermentados, bebidas lácteas, sorvete, manteiga, creme de leite, doce de leite, soro em pó e lácteos funcionais. São Paulo: Elsevier, 2017.</p> <p>LIMA, U. A.; FERREIRA, A.; ARNALDI, D.; et al. Agroindustrialização de frutas. 2ª Edição. Volume 5. Piracicaba: FEALQ, 2008. 164 p.</p> <p>MORETTI, C. L. Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2007. 531 p.</p> <p>STANLEY P. CAUVAIN, LINDA S. YOUNG. Tecnologia da Panificação. São Paulo: Editora Manole, 2ª Ed., 2009.</p> <p>PEREIRA, J.; VILELA, E.R. Tecnologia e qualidade de cereais – arroz, trigo, milho e aveia. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BENASSI, V.T.; WATANABE, E. - Fundamentos da Tecnologia da Panificação. RJ. EMBRAPA – CTAA, 1992.</p> <p>CAUVAIN, S. P.; YOUNG, L. S. Tecnologia da Panificação. 2ª edição. Barueri, SP: Manole. 2009. 418p.</p> <p>CHITARRA, M.I.F. Processamento mínimo de frutos e hortaliças. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000 119p.</p> <p>CHITARRA A.B. Armazenamento de frutos e hortaliças por refrigeração. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999 62p.</p> <p>FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: princípios e prática. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p>	

Componente Curricular: Artesanato	
Carga Horária 40h	Período letivo: 2024
<p>Ementa: Conceito de artesanato e arte. A história do artesanato e sua contribuição econômica, social e cultural. Produções locais e regionais de artesanato. Artesanato, economia familiar e geração de renda. Técnicas artesanais. Possibilidades criativas de artesanato para produção de objetos funcionais e estéticos. Planejamento e organização de eventos/mostra de produções realizadas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ALMEIDA, A. B. M. Artesanato e empoderamento econômico das mulheres: um estudo de caso no município de Pelotas/RS. Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 4, p. 1038-1053, 2015.</p> <p>BEZERRA, M. P.; COLARES, J. F. C.; MOTTA, N. M. O artesanato como meio de empoderamento e inclusão social feminina: um estudo de caso no município de Natal-RN. Revista Gestão & Tecnologia, v. 18, n. 3, p. 190-210, 2018.</p> <p>CARVALHO, Monica. Artesanato sustentável: Natureza, Design & Arte. SP: Senac, 2018.</p> <p>MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Orgs.). Educação na cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2009.</p> <p>SÁ, R. R.; TORRES, C. V.; SILVA, L. B. M. Empoderamento feminino e artesanato: uma análise do contexto indígena. Revista de Ciências Sociais, v. 51, n. 2, p. 248-266, 2020.</p> <p>SILVA, Carlúcia Maria. Mulheres e Economia Popular Solidária: Trabalho, Inclusão Socioproductiva e Cidadania. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris. Formato eBook Kindle, 2020.</p> <p>SILVA, L. C. R.; MIRANDA, M. M.; SILVA, M. R. Empoderamento feminino e geração de renda: a importância do artesanato na vida das mulheres. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, v. 8, n. 2, p. 230-242, 2018.</p> <p>SOUZA, A. (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANDRADE, A. S.; FERRAZ, P. A. C.; ARIJON, E. B. O papel do artesanato na construção do empoderamento feminino no contexto da economia popular solidária. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 7, n. 1, p. 107-124, 2020.</p> <p>CATTANI, Antônio David (Org.) A outra economia. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003.</p>	

GAIGER, L. **Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje**. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será diagnóstica, formativa e processual, conforme orientações da Resolução IFPR nº 50/2017, acrescida da Resolução nº 05/2018, que orienta as Diretrizes para IFPR (2018a). O processo de ensino-aprendizagem é coordenado e planejado pelas professoras e equipe pedagógica com a participação das estudantes e organizações parceiras envolvidas de modo que os aspectos qualitativos sejam priorizados, prevalecendo o desenvolvimento das estudantes ao longo do curso. A avaliação do processo de ensino-aprendizagem reconhecerá a configuração do conhecimento prévio, avanços e dificuldades do estudante, a diferença dos tempos de aprendizagem para cada sujeito, favorecendo a tomada de consciência do seu processo de desenvolvimento. Os resultados referentes ao desempenho das estudantes serão expressos por meio de conceitos e seus significados, podendo transcendê-los a outros recursos descritivos (IFPR, 2018a).

Os instrumentos avaliativos se constituem preferencialmente em trabalhos práticos realizados em laboratórios ou em outros espaços pedagógicos que considerarmos importantes para a aprendizagem e proporcionar às estudantes demonstrar o domínio de aplicação do conhecimento aprendido. De forma complementar serão propostos trabalhos escritos e orais, individuais e em grupo, participação nas atividades em sala, no mundo do trabalho onde se situam; oficinas, relatórios, seminários, atividades problematizadoras, demonstração de técnicas, dramatização, jogos e apresentação de temas para debates.

A avaliação diagnóstica será realizada no início das atividades, e possui objetivo de conhecer a identidade sociocultural das estudantes, sua visão de mundo e os conhecimentos já adquiridos na temática base do curso. Do mesmo modo, a avaliação será um instrumento de (re)planejamento de professores e educandos(as). Por meio do resultado de cada instrumento avaliativo adotado, será possível verificar a aprendizagem dos conteúdos

trabalhados e se as estudantes estão avançando em relação ao aproveitamento nas áreas de formação.

O processo de avaliação das estudantes é parte integrante do aprendizado, portanto, a avaliação serve de diagnóstico no processo de aprendizagem para que se possa intervir, quando necessário, e conforme os objetivos da aprendizagem, sobretudo, nas organizações e movimentos sociais que pertencem. Cada módulo ofertado, terá avaliação específica, de acordo com suas especificidades.

A recuperação de estudos será realizada considerando as especificidades de cada estudante e o processo de aprendizagem, sendo obrigatória e implicando em: 1) **Recuperação Contínua**: os processos de recuperação serão realizados pelas docentes no desenvolvimento regular das aulas e respectivos módulos, visando a retomada de conteúdos que as estudantes não se apropriaram e, 2) **Recuperação Paralela**: refere-se aos processos de recuperação que envolvem tanto a retomada de conteúdos quanto a reavaliação para possível revisão de conceitos das estudantes, devendo ocorrer em horário diverso ao das atividades regulares, mediante desenvolvimento de um Plano de Estudos Dirigidos.

Considerando a reflexão, o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, o dinamismo, a construção, a acumulação, a continuidade e a processualidade, a aprendizagem de todos os estudantes em suas diferentes dimensões cognitivas, biológica, social, afetiva e cultural e a interação entre os sujeitos e destes com o mundo como base para a construção do conhecimento. Para tanto, toma-se como parâmetro a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, observando não apenas o ponto de chegada, mas o ponto de partida individual e a evolução de cada um. Com base nos fundamentos supracitados, a avaliação é contínua e paralela, um processo cíclico de coleta e análise de dados sobre a aprendizagem do estudante que fundamenta decisões do professor sobre a necessidade de retomada de conteúdos e as metodologias adequadas para fazê-lo.

Conforme a Resolução IFPR n. 50/2017, os resultados obtidos no processo de avaliação serão divulgados aos estudantes, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

CONCEITOS	DESCRITORES
A	A APRENDIZAGEM do aluno foi PLENA, isto é, atingiu os objetivos propostos pela disciplina ou área de conhecimento.
B	A APRENDIZAGEM do aluno foi PARCIALMENTE PLENA, isto é, atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos pela disciplina ou área de conhecimento.
C	A APRENDIZAGEM do aluno foi SUFICIENTE, atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos e não há comprometimento à continuidade do trabalho na disciplina ou área de conhecimento.
D	A APRENDIZAGEM do aluno foi INSUFICIENTE, isto é, não atingiu os objetivos propostos, inviabilizando o desenvolvimento na disciplina ou área de conhecimento.

Para que as estudantes obtenham aprovação no curso e recebam os certificados de Agente Cultural, deverão, no mínimo:

- Cursar os módulos básico e de formação específica do curso, atendendo a carga horária mínima de 160 horas;
- Obter, nas áreas de formação, conceito final A (aprendizagem plena), B (aprendizagem parcialmente plena) ou C (aprendizagem suficiente).
- Ter frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do curso.

12 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO ÀS ESTUDANTES

A metodologia a ser utilizada para acesso, permanência e êxito das estudantes no curso de formação em Agente Cultural, será pautada na dialogicidade, na problematização, na busca pela Igualdade e em princípios que possam colaborar para o seu empoderamento. O Princípio da Dialogicidade, ancora-se no pensamento de Paulo Freire de que o diálogo é um ato de comunicação que gera ações de colaboração entre os sujeitos, para compreender as mulheres, suas realidades, suas necessidades, dificuldades e anseios. Como princípio estruturante, a dialogicidade, cria espaços para a escuta das estudantes, tornando-se essencial para o processo educativo, considerando-as como sujeitos de práticas sociais e de

saberes, das experiências de vida. O diálogo, possibilita ampliar a leitura do mundo das mulheres estudantes, das docentes, das demais servidoras envolvidas, dos colaboradores externos, como também do campus. A dialogicidade, promove o processo de inclusão.

12.1 ACESSIBILIDADE

Conforme o PDI (2019-2023) a comunidade do IFPR vem se envolvendo ativamente nas questões de acessibilidade, não somente no tocante à infraestrutura, mas também às demais tecnologias que podem contribuir para o atendimento de pessoas com deficiência. Com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino na implementação de uma política pública de promoção da acessibilidade nos Campi, conforme preconiza o Decreto-lei nº 5.296/2004, projetos e iniciativas visam solucionar os problemas de acessibilidade no IFPR. A escola como ambiente educativo inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação e assegurar essas condições é um dos motes dos educadores e demais profissionais que atuam em nossas escolas.

A acessibilidade pedagógica se dará mediante identificação da estudante caso apresente necessidades que possam demandar adaptações curriculares, como adequação de materiais e objetos para poderem atender suas necessidades de aprendizagem. O mapeamento das demandas de acessibilidade, sejam físicas, visuais, auditivas ou pedagógicas, será de fundamental importância para podermos planejar os espaços de aprendizagens e propostas de atividades. Atualmente o Campus conta com professor específico para Educação Especial, que nos garante que o processo de inclusão e aprendizagem é possível mediante ações concretas.

Portanto, ao prever as adaptações individualizadas para cada estudante por meio do mapeamento, é possível delinear as expectativas de aprendizagem e acompanhar a evolução em direção aos objetivos propostos para cada componente curricular, prevendo novas estratégias de ensino e aprendizagem.

Quanto às barreiras arquitetônicas, o Campus conta com elevadores em dois prédios, em rampas de acesso pelo campus e condições de locomoção.

12.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sobre a **Educação Inclusiva**, o PDI do IFPR (2019-2023), preconiza que as instituições de ensino devem ser um espaço educativo que proporciona interação, socialização, aprendizado, conhecimento e desenvolvimento. Assim sendo, elas têm um papel fundamental na educação inclusiva e na formação de uma sociedade igualitária. Assim sendo, nos documentos institucionais do IFPR, ressalta-se o seu compromisso com a inclusão social, no sentido de promover o acesso e a permanência da população à educação profissional, prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, faz-se necessário o acompanhamento às necessidades dos estudantes e seus familiares realizados pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis e Napne. As políticas do IFPR, conforme o PDI (2019-2023), estão em promover ações de acolhimento e integração aos estudantes do IFPR e assegurar aos estudantes, igualdade de oportunidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas, culturais, artísticas, esportivas, dentre outras.

Portanto, a proposta pedagógica do curso Agente Cultural, ancora-se em uma educação inclusiva e no trabalho como princípio educativo. O trabalho é o princípio da sobrevivência humana, é a primeira mediação entre os seres humanos e a realidade material e social.

A inclusão social é um dos valores que norteiam o trabalho desenvolvido no IFPR, sendo um princípio transversal na formulação da política educacional. Quando se trata do tema da inclusão na educação, uma das frentes de atuação é o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NEE) na rede regular de ensino. Entende-se por pessoas com NEE, todos aqueles que possuem uma limitação, permanente ou transitória para a participação efetiva na escola e na sociedade. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) define como grupos com necessidades educacionais específicas, pessoas com deficiência, (que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial); transtornos globais do desenvolvimento; altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros). Estando os indivíduos em permanente estado de transformação, mudanças

transitórias ou permanentes podem vir a alterar a situação de aprendizagem dos estudantes, sendo necessário estar atento a potenciais situações de exclusão no âmbito escolar.

Nesse sentido, ao adotar a perspectiva da educação inclusiva, o campus busca promover a convivência e respeito às diferenças, a aceitação da diversidade e o rompimento de barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e procedimentais que podem vir a limitar/restringir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Conforme prevê o Decreto 5.296/04, o campus Ivaiporã conta com adaptações arquitetônicas que possibilitam a acessibilidade, total ou assistida, às instalações do campus para pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida em espaços como biblioteca, salas de aula, laboratórios, blocos didáticos e bloco administrativo, ginásio de esportes, cantina, espaços de convivência e sanitários. Além de recursos pedagógicos e de apoio, como elencado a seguir:

I- Disponibilização de elevador nos blocos nº1 e nº3 para acesso ao segundo andar, possibilitando a autonomia de deslocamento.

II- Piso tátil direcional e de alerta e rampas de acesso que acompanham as entradas e o deslocamento nos blocos didáticos e bloco administrativo.

III - Sanitários adaptados nos blocos didáticos e bloco administrativo.

IV - Disponibilização de materiais pedagógicos e de apoio (impressora braille, lupa, mobiliário e etc).

No que diz respeito ao ensino, os estudantes com NEE recebem apoio permanente do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), núcleo que atua no processo de identificação, processamento de informações, proposição de adaptações e flexibilização curricular. O NAPNE atua em conjunto com a equipe multiprofissional da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), (composta por psicólogo, assistente social, pedagogo, assistente de alunos e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais), com professor de Educação Especial, coordenações de curso e demais docentes, na formulação de um trabalho integrado voltado para a permanência e o êxito dos estudantes.

Igualmente, faz parte da atuação do NAPNE a promoção de atividades direcionadas para a cultura da educação inclusiva no campus, por meio da organização de palestras para a formação de servidores, a proposição de atividades de integração e a implementação de projetos ligados a essa mesma temática da educação inclusiva.

O campus também oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ministrado por professor de educação especial, voltado para a complementação e suplementação do ensino ministrado em sala de aula regular e oferecido durante o contraturno. O professor de educação especial, também realiza a codocência, no sentido de auxiliar o estudante com NEE em sala de aula. Para a realização do apoio comunicacional de estudantes com deficiência auditiva, o campus conta com técnico intérprete de língua brasileira de sinais (TILSP).

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

Os NEABIs têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial, conforme a Resolução nº 71 de 20 de dezembro de 2018 do Conselho Superior do IFPR (2018b). Os Neabi são constituídos pelo Neabi Institucional, sob a gestão da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI); pelo Neabi Local instituído em cada campus, subordinado às Diretorias de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente; pelos membros dos Neabi Locais, bem como seus respectivos representantes.

O Neabi do Campus Ivaiporã, busca promover ações inclusivas, norteadas pelo acolhimento, reflexões sobre as diferentes questões. Assim, são realizadas: Mostras de Arte e Cultura Afro-brasileira com atividades artísticas e culturais, palestras, rodas de conversas, entre outras. A comemoração ao mês da mulher, busca promover reflexões entorno das questões atuais que afligem a sociedade, como: feminicídio, igualdade de gênero, trabalho, cidadania. O projeto de ensino Banheiro Feminino, busca promover reflexões sobre o empoderamento feminino, o estereótipo instaurado, entre outros. Estes temas geram produções artísticas e culturais, as quais são disponibilizadas à comunidade interna e externa e rede social.

Portanto, as ações elencadas, refletem o envolvimento das docentes com as questões diversas do universo feminino, quanto a necessidade de dar voz às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

13 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso será realizada considerando os aspectos qualitativos e de forma contínua pelos envolvidos nas ações: docentes e estudantes. Ao final de cada aula, a docente responsável fará uma avaliação sobre as ações realizadas no dia, reforçando os conteúdos trabalhados e a aprendizagem adquirida. Cada módulo terá avaliação própria considerando suas especificidades e ações realizadas.

Os resultados obtidos serão descritos bimestralmente em forma de relatório e inseridos no SEI para registro e acompanhamento. berb

Ao final do curso, será realizado uma avaliação geral por meio de instrumento que servirá para a elaboração do relatório final sobre os resultados obtidos, contendo alguns aspectos, tais como: metodologia utilizada; resultados obtidos; análise das estratégias adotadas para permanência e êxito das estudantes; autoavaliação pelas estudantes e docentes envolvidas. O relatório, também, contemplará imagens (fotografias) das ações realizadas, como forma de registro. Somam a este o parecer/avaliação dos parceiros envolvidos nas ações do projeto Agente Cultural.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?** UEL, Departamento de Educação, Londrina, PR, 2009. Disponível em: <http://scielo.br/j/icse/a/BBqnRMcdxYyvNSY3YfztH9J/#> Acesso em 15 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**, 2006. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja): Médio - Documento Base**, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf Acesso em 14 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em 28 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Preâmbulo do Programa Mulheres Mil**, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programamulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602 Acesso em 12 de agosto de 2023.

CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015, 160 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

CARMO, Nilva Celestina; LORETO, Maria das Dôres Saraiva; CRUZ RODRIGUES, Fabíola Faria. **O programa mulheres mil e suas interfaces: uma abordagem integrativa**. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 18, n. 1, p. 102-131, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ivaipora/panorama> Acesso em 14 de agosto de 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Resolução CONSUP nº 56, de 3 de dezembro de 2012. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, PR, 3 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/20190121133020007.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Resolução CONSUP nº 05, de 27 de março de 2018. Define as diretrizes institucionais para os cursos que articulam a Educação Profissional e Técnica com a modalidade Proeja no IFPR. Curitiba, PR, 2018a. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-no-05-2018/> Acesso em: 28 de agosto de 2023.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Resolução nº 71, de 20 de dezembro de 2018. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2018b. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=150841&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.28430524.1497030507.1683915200-2034259091.1627300738 Acesso em: 28 de agosto de 2023.

MOURO, G.F.; DINIZ, E. R.; COSTA, M. E. et al. Qualificação de bovinocultores no município de Arapuã-PR: construção de uma proposta metodológica para a promoção da sustentabilidade. **Cadernos de Agroecologia** - ISSN 2236-7934 – Vol, 11, No. 1, Jun, 2016.

PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. **Subalternidade de gênero**: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. Escola Anna Nery, v. 18, p. 728-733, 2014.

ANEXO 1:

FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

- Documento n. 3942166/2023/GAB/SETEC/SETEC (PROCESSO No 23000.007659/2023-97)
- Orientações para adesão à linha de fomento bolsa - Formação Programa Mulheres Mil
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- Decreto nº 5.154, de 20 de julho de 2004, que regulamenta o § 2.º do art.36 e os arts 39 a 41 da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996;
- Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014, que altera o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamentando a Formação Inicial e Continuada;
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;
- Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância;

- Portaria IFPR nº 413, de 29 de abril de 2016 – Que regulamenta a oferta de Cursos de Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada no âmbito do IFPR;
- Resolução IFPR nº 54, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização didático-pedagógica da educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada de trabalhadores no âmbito do IFPR;
- Resolução IFPR nº 50, de 14 de julho de 2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR;
- OFÍCIO-CIRCULAR No 63/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC Brasília, 29 de junho de 2023.
- OFÍCIO-CIRCULAR Nº 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 17 de abril de 2023,
- DOCUMENTO No 3942166/2023/GAB/SETEC/SETEC PROCESSO No 23000.007659/2023-97 ORIENTAÇÕES PARA ADESÃO À LINHA DE FOMENTO BOLSA - FORMAÇÃO PROGRAMA MULHERES MIL

ANEXO 2:
FORMULÁRIO PERFIL SITUACIONAL

Em qual região você nasceu?

- a) Centro-oeste
- b) Norte
- c) Nordeste
- d) Sudeste
- e) Sul
- f) Não Sei

Em qual região você mora?

- a) Centro-oeste
- b) Norte
- c) Nordeste
- d) Sudeste
- e) Sul

Você mora em que área?

- a) Zona Urbana
- b) Zona Rural
- c) Não Sei

Qual a distância entre a sua residência e a unidade de ensino?

- a) Localiza-se na mesma cidade da unidade de ensino
- b) Até 50 Km
- c) Entre 51 e 100 Km
- d) Mais de 100 Km

Qual sua Faixa Etária?

- a) Entre 16 e 20 anos
- b) Entre 20 e 24 anos
- c) Entre 25 e 29 anos
- d) Entre 30 e 34 anos
- e) Entre 35 e 39 anos
- f) Entre 40 e 44 anos
- g) Entre 50 e 54 anos
- h) Entre 55 e 59 anos
- i) Entre 60 e 64 anos
- j) Entre 65 e 69 anos
- k) Entre 70 anos ou mais

Qual sua cor/etnia?

- a) Branca
- b) Indígena
- c) Oriental

- d) Parda
- e) Preta
- f) Outra

Qual seu estado civil?

- a) Solteira
- b) Casada
- c) Separada/Divorciada/Desquitada
- d) União Estável
- e) Viúva

Quantos filhos você tem?

- a) Nenhum
- b) Um
- c) Dois
- d) Três
- e) Quatro
- f) Cinco
- g) Seis
- h) Mais de Seis

Qual a sua religião?

- a) Católica
- b) Religião afro-brasileira: umbanda, candomblé
- c) Protestante ou Evangélica
- d) Espírita Kardecista
- e) Não tenho religião
- f) Outra

Possui alguma deficiência?

- a) Não
- b) Sim

Você tem alguma doença crônica?

- a) Não
- b) Sim

Toma algum medicamento de uso contínuo?

- a) Não
- b) Sim

Você fez ou faz uso de algum tipo de droga/entorpecente?

- a) Não
- b) Sim

Alguém em sua casa/domicílio fez ou faz uso de droga/entorpecente?

- a) Não

b) Sim

Você já sofreu algum tipo de violência?

- a) Não
- b) Sim

Alguém da sua família tenta impedir/proibir a sua participação no Programa Mulheres Mil?

- a) Não
- b) Sim

Qual o seu nível de escolaridade?

- a) Sem escolaridade/analfabeta
- b) Apenas Alfabetizada: leio e escrevo
- c) Fundamental Incompleto
- d) Fundamental Completo
- e) Ensino Médio Incompleto
- f) Ensino Médio Completo
- g) Ensino Superior Incompleto
- h) Ensino Superior Completo

Você já fez ou está frequentando algum curso profissionalizante?

- a) Não
- b) Sim

Por que escolheu esse curso no Programa Mulheres Mil?

- a) Era o curso que eu desejava fazer
- b) Preparar-me para o mercado de trabalho
- c) Proporciona bom salário
- d) Já trabalho na área
- e) Não há outra instituição oferecendo
- f) Pelo horário
- g) Ser gratuito
- h) Ter uma profissão
- i) Influência de parentes/amigos
- j) Outros

O que ou quem ajudou você a tomar essa decisão de ingressar no Programa Mulheres Mil?

- a) A credibilidade do Instituto/Campos
- b) Meus (minhas) amigos (as)
- c) Informações gerais, revistas, jornais, TV
- d) Facilidade de obter emprego
- e) Lideranças da minha comunidade
- f) Estímulo financeiro
- g) Receber uma qualificação profissional
- h) Convite e informações dos gestores locais
- i) Outras

Qual é a principal decisão que você vai tomar quando obtiver a certificação do Programa Mulheres Mil?

- a) Continuar meus estudos
- b) Procurar emprego
- c) Prestar vestibular e continuar a trabalhar
- d) Fazer mais curso(s) profissionalizante(s) e me preparar melhor para o trabalho
- e) Trabalhar por conta própria / trabalhar em meu próprio negócio
- f) Criar uma cooperativa/associação com minhas colegas de turma
- g) Ainda não decidi

O seu domicílio tem:

- a) Água encanada
- b) Esgoto
- c) Luz Elétrica
- d) Gás encanado
- e) Serviços de coleta de lixo

No seu bairro, sua família tem acesso a que tipo de serviços?

- a) Unidade Básica de Saúde
- b) Escola
- c) Creche
- d) CRAS
- e) Associação do bairro
- f) Biblioteca pública
- g) Atividades Culturais
- h) ONGS
- i) Área de lazer
- j) Outros

Qual é o meio de transporte que você mais utiliza?

- a) Carro próprio
- b) Carro da família
- c) Moto
- d) Bicicleta
- e) Ônibus
- f) Táxi/Lotação
- g) Outros

Marque os itens que você possui em sua casa/domicílio.

- a) Aparelho de som
- b) Televisão
- c) DVD
- d) Geladeira
- e) Rádio
- f) Freezer independente
- g) Máquina de lavar roupa
- h) Computador

- i) Acesso à internet
- g) Impressora
- h) Telefone fixo
- i) Telefone celular
- j) TV por assinatura
- k) Automóvel
- l) Motocicleta

Você e/ou sua família quando necessitam de atendimento médico utilizam:

- a) SUS
- b) Plano de Saúde
- c) Médico particular
- d) Outros

Você exerce alguma atividade remunerada?

- a) Não
- b) Sim

Qual a sua fonte de renda?

- a) Emprego fixo próprio
- b) Vive com benefícios do governo
- c) Diarista
- d) Ambulante (emprego informal)
- e) Autônoma (trabalha por conta própria fazendo serviços diversos)
- f) Trabalhadora temporária (trabalha quando é chamada por alguns dias ou meses)
- g) Dona de negócio
- h) Pensionista
- i) Aposentada
- j) Outra

Qual a sua participação na renda da sua família?

- a) Não trabalho e sou sustentado pela família ou por outras pessoas
- b) Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas.
- c) Trabalho, mas sou responsável pelo meu próprio sustento.
- d) Trabalho, sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da minha família.
- e) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da minha família.

Você possui outras experiências profissionais?

- a) Não
- b) Sim

Qual a sua renda familiar, incluindo a sua? (em salários-mínimos)

- a) Nenhuma
- b) Até 1/4 SM
- c) De 1/4 a 1/2 SM
- d) De 1/2 a 1 SM

- e) De 1 a 2 SM
- f) De 2 a 5 SM
- g) De 5 a 10 SM
- h) Mais de 10 SM

Quem é a pessoa que mais contribui na renda total da sua família?

- a) Você mesma
- b) Cônjuge/Companheiro(a)
- c) Seus pais
- d) Seus filhos(as)
- e) Outra

Qual o material que predomina na construção da sua casa/domicílio?

- a) Alvenaria com revestimento
- b) Alvenaria sem revestimento
- c) Madeira apropriada para construção
- d) Taipa não revestida
- e) Madeira aproveitada
- f) Palha
- g) Outro

Quantos cômodos possui sua residência/moradia?

- a) Um
- b) Dois
- c) Três
- d) Quatro
- e) Cinco
- f) Mais de cinco

Sua residência/moradia possui banheiro?

- a) Não
- b) Sim

Qual é a principal forma de abastecimento de água da sua casa/domicílio?

- a) Rede geral de distribuição/água canalizada
- b) Poço ou nascente fora da propriedade
- c) Carro-pipa
- d) Água da chuva armazenada em sistema
- e) Água da chuva armazenada de outro modo
- f) Rios, lagos e igarapés
- g) Outra

Qual a origem da energia elétrica utilizada na sua casa/domicílio?

- a) Rede geral
- b) Outra origem (gerados, placa solar, eólica etc.)
- c) Não tem energia elétrica
- d) Outra

Qual o destino dado ao lixo da sua casa/residência?

- a) Coletado Diretamente por serviço de limpeza
- b) Coletado em caçamba de serviço de limpeza
- c) é queimado na propriedade
- d) É enterrado na propriedade.
- e) Jogado em terreno baldio ou logradouro/rua
- f) Jogado em rio, lago ou mar
- g) Outro